

ABDIAS MOURA

## Introdução à Análise Sociológica

O FUTURO DA SOCIOLOGIA, como ciência desafiada a explicar a estrutura e o funcionamento dos grupos sociais, está fundamentalmente ligado ao processo de desalienação intelectual que já se começa a sentir entre os estudiosos, nas nações adolescentes (os chamados países subdesenvolvidos) da América Latina e da África.

Fundada para justificar a necessidade do progresso dentro do domínio da ordem, na Europa em crise do Século XIX, a Sociologia viria a transformar-se numa crescentemente prestigiada ciência dos agregados sociais, nos países desenvolvidos do Ocidente, onde a grande tarefa dos teóricos tem sido a de explicar cientificamente as causas das crises (*des-ordem*) que vêm pondo em risco o *progresso* histórico. Daí, a ênfase, cada vez maior, dada à discussão de assuntos relacionados com a estabilidade da família, a delinquência juvenil, a urbanização e problemas semelhantes — com todo um levantar de edifícios monumentais de agregados sociológicos — a Sociologia da Família, da Delinquência Juvenil, da Vida Rural e assim por diante.

Os países adolescentes, adotando, sem o menor espírito de crítica, êsse tipo de análise agregacionista, estão aceitando

implicitamente a idéia de que seu problema é da mesma natureza que o das nações adultas, isto é, que a tarefa maior do cientista social, também aí, seria explicar as causas que estão contribuindo para alterar uma situação social altamente desejável que, tendo sido alcançada no decorrer do processo histórico, obriga os seus líderes dirigentes ao esforço de mantê-la íntegra, no presente e no futuro. Ou, em outras palavras, é como se a ciência social devesse, também aí, estar empenhada em manter uma situação vigente, ou provocar o retorno a um momento histórico mais ou menos recente.

O enfoque a ser dado aos seus estudos pelos sociólogos sulamericanos e africanos — o único válido para o estudo de sociedades em estágio de sub-desenvolvimento ou em início apenas do processo de desenvolvimento — parece-nos ser, ao contrário, o da objetiva compreensão da dinâmica da sociedade, através da análise de sua estrutura e de suas funções. É a êsse tipo de análise que, em oposição ao agregacionismo acima referido, chamarei de estruturalista.

Desafiados, antes que os demais teóricos dos fenômenos sociais, pela urgente necessidade de melhorar as condições de vida material das populações

de áreas adolescentes — ou a contribuir para aquilo que o professor Paulo Freire chamaria de “trânsito” sulamericano — os economistas puderam adiantar-se de muito aos estudiosos da Política e da Sociologia, a ponto de nos oferecerem análises estruturalistas válidas dos fenômenos sociais relacionados com seu campo específico de atividade. Neste sentido, é verdadeiramente operacional o esquema idealizado pela equipe de trabalho do Professor Oswaldo Sunkel, do Chile, e popularizada, em países como o Brasil, pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) da Organização das Nações Unidas.

Tomando o gráfico do professor chileno, como modelo, conseguimos isolar de forma esquemática outros setores fundamentais do todo social (o político e o intelectual), a partir do que obtivemos uma síntese dinâmica de simples compreensão, pela primeira vez simbolizando em duas dimensões a estrutura e funções da vida em sociedade (1). Ao mesmo tempo, obtivemos uma redução objetiva da Sociologia ao seu vocabulário mínimo, tarefa que vem sendo tentada com êxito apenas parcial, a partir de Simmel e demais representantes da “Escola Formalista” alemã.

A validade do método de que agora damos notícia ao público foi testada, primeiramente, com alguns técnicos da Comissão de Desenvolvimento Econômico Pernambuco — CODEPE — vários dos quais professôres universitários e de nível médio e, posteriormente, com três turmas conjuntas de Sociologia (cursos de Filosofia e História) no corrente ano letivo, na Faculdade de Filosofia de Pernambuco, da Universidade do Recife. Mais recentemente, o méto-

do foi apresentado a concluintes do Curso de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Universidade de Goiás.

Uma vez estudados, em seu estado de pureza abstrato — melhor diríamos, operacional — os planos econômico, político e intelectual da sociedade, procuraremos isolar um certo número de elementos “autônomos” de cada um desses três planos do processo social e agrupar em redor deles os diversos elementos “induzidos”. Estabelecendo, posteriormente, as relações entre os diversos grupos de elementos autônomos, teremos obtido um esquema geral, tanto quanto possível simplificado mas completo, da estrutura e do trânsito sociais.

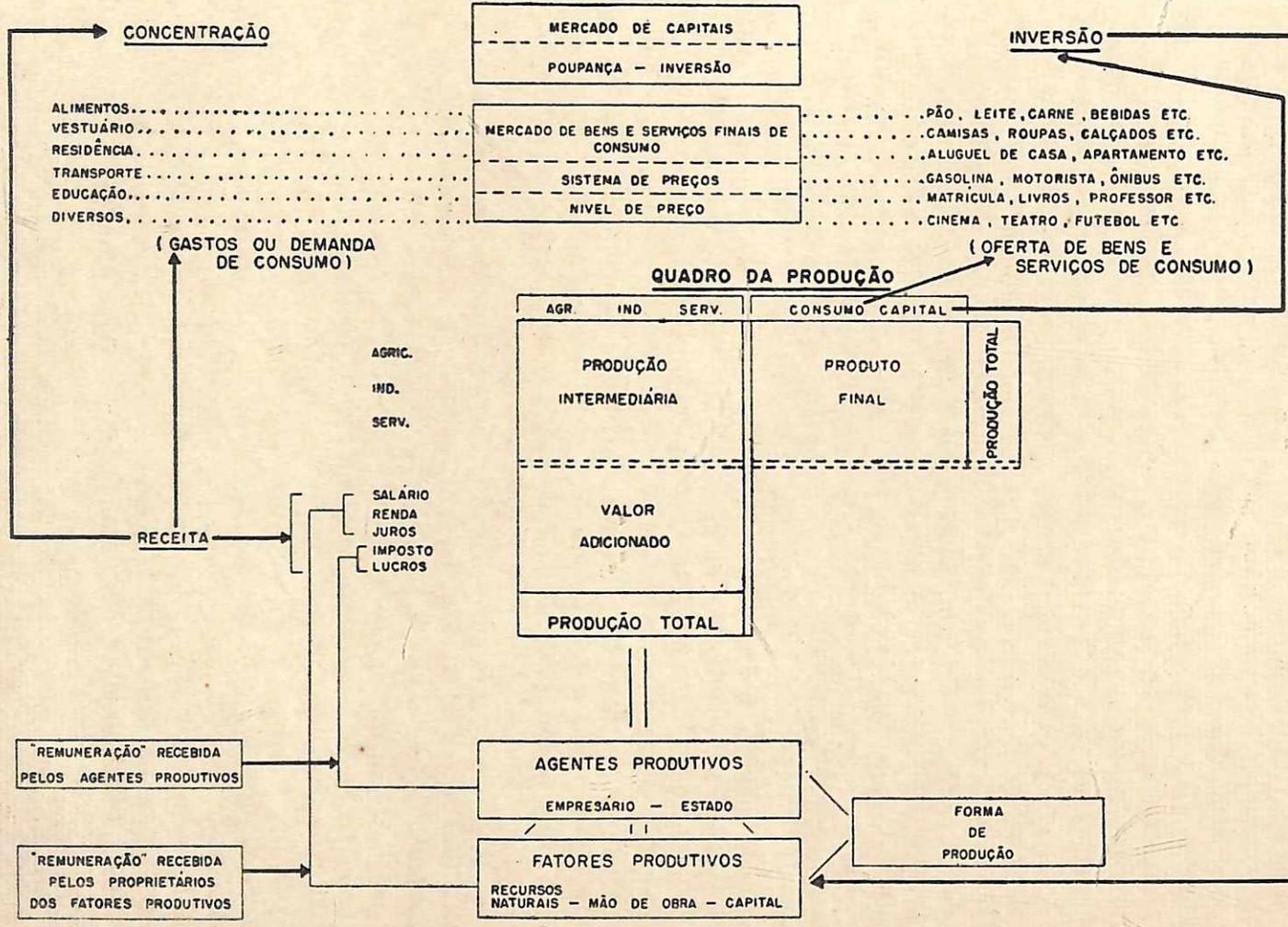
### I — O Plano Econômico

Para a compreensão do funcionamento da vida social, no Plano Econômico, nos reportaremos à análise formulada pelo Professor Oswaldo Sunkel, e que tem o mérito de ser apresentada em forma gráfica, de fácil entendimento pelos não economistas (2).

O esquema, que aqui é reproduzido e servirá de fundamento para a formulação da análise dos demais planos, e bem assim da síntese final, parte da constatação da existência em qualquer sociedade, em um momento dado, de uma “base” produtiva constituída de:

- a) Certa porção de *recursos naturais* (terra, água, minas etc.);
- b) Certa disponibilidade de *mão-de-obra* (pessoas potencialmente aptas para o trabalho); e
- c) Certo instrumental técnico que condiciona a forma da produção (varas para retirar frutas das árvo-

GRÁFICO I - O PLANO ECONÔMICO





res, máquinas para fabricar produtos diversos etc.), a que o Prof. Sunkel chama de *capital*.

Esse "stock" de fatores produtivos tem sido combinado de forma variável, na História, pelos agentes produtivos, que podem ser os empresários e/ou o Estado. É essencial que haja tais agentes, combinando os fatores produtivos e pondo-os a serviço da produção, que é o centro mesmo da vida econômica.

O fenômeno da produção (seja agrícola, industrial, ou prestação de serviços) gera fluxos paralelos e simultâneos; de um lado um fluxo monetário — representado pelo pagamento de salários, impostos, aluguéis ou simplesmente a auferição de rendas e lucros aos chamados "proprietários dos fatores da produção"; e do outro lado, o fluxo real, dos bens e serviços que são lançados no mercado. Ora: como todos os que produzem recebem (presumivelmente) pagamento pelo que fazem, o dinheiro gerado pelo fenômeno da produção é empregado na aquisição dos bens e serviços produzidos no mesmo fenômeno — e, assim, fecha-se um círculo aparentemente perfeito: procuram-se e obtêm-se alimentos, roupas, livros, etc.

De fato, se tudo o que fôsse ganho de um lado, fôsse gasto de outro (e se imaginarmos uma sociedade em que não haja incremento demográfico) o mundo econômico seria, no nível de cada sociedade, igual a si mesmo, através dos tempos.

Ocorre, entretanto, que nem tudo o que é ganho é consumido: parte é reservada para investimentos. Isto significa acréscimo no montante de capital disponível, o que vem desequilibrar

(aumentando-o) o estoque inicial de fatores produtivos: a terra adubada produz mais, como se fôsse maior; o homem num trator produz mais, como se fôsse muito homens, e assim por diante.

Esse esquema estará completo, se acrescentarmos o comércio exterior, com suas implicações sobre a oferta, o consumo e as inversões..

Se não houvesse qualquer interferência de fatores não econômicos (políticos ou intelectuais) estaria assim explicado o "continuum" da vida econômica, aquilo a que se chama de processo histórico de desenvolvimento. São, porém, tais influências que explicam as transformações diretas na Forma de Produção anteriormente adotada.

Observando atentamente o gráfico de Sunkel com as modificações que nêle introduzimos (por exemplo: situamos a "base" do sistema na parte inferior, invertendo assim o esquema sunkeliano, além de algumas alterações conceituais) não só teremos uma visão mais precisa do fenômeno econômico do que aquela que nos poderia oferecer uma intensa bibliografia especializada, como entendemos claramente certos aspectos aparentemente complexos e relacionados com o fenômeno central da produção, tal como a diferença entre *produção total* e *produto final*, e entre êste último conceito e o de *valor adicionado*, isto é, soma de salários, juros, rendas, impostos e lucros correspondentes à produção de bens e serviços finais; ou ainda entre cada um desses conceitos e o de consumo intermediário.

Com efeito: o quadro central (Produção) lido da esquerda para a direita nos indica que a soma de produção intermediária com o produto final é o que

se chama de produção total; da mesma forma, lendo-o de cima para baixo, veremos que produção intermediária mais valor adicionado é também produção total; logo, produto final é o mesmo que valor adicionado, sendo um deles expresso em quantidades produzidas (fluxo real) e o outro em valor monetário (fluxo financeiro). O entendimento desses conceitos será de grande importância para a compreensão da vida política e intelectual de um povo e, destarte, para a compreensão mesma da estrutura e dinâmica da sociedade.

## II — O Plano Político

Acreditamos poder construir, para explicar os fenômenos políticos de uma sociedade, um esquema em tudo semelhante ao do plano econômico.

A base do plano político (o Estado) assenta-se em três elementos essenciais, já inteiramente definidos por toda uma bibliografia estrangeira e nacional, a saber:

- a) *Um território;*
- b) *Uma população* de governados;
- c) *Uma autoridade* (individual ou coletiva) representando o *Poder*.

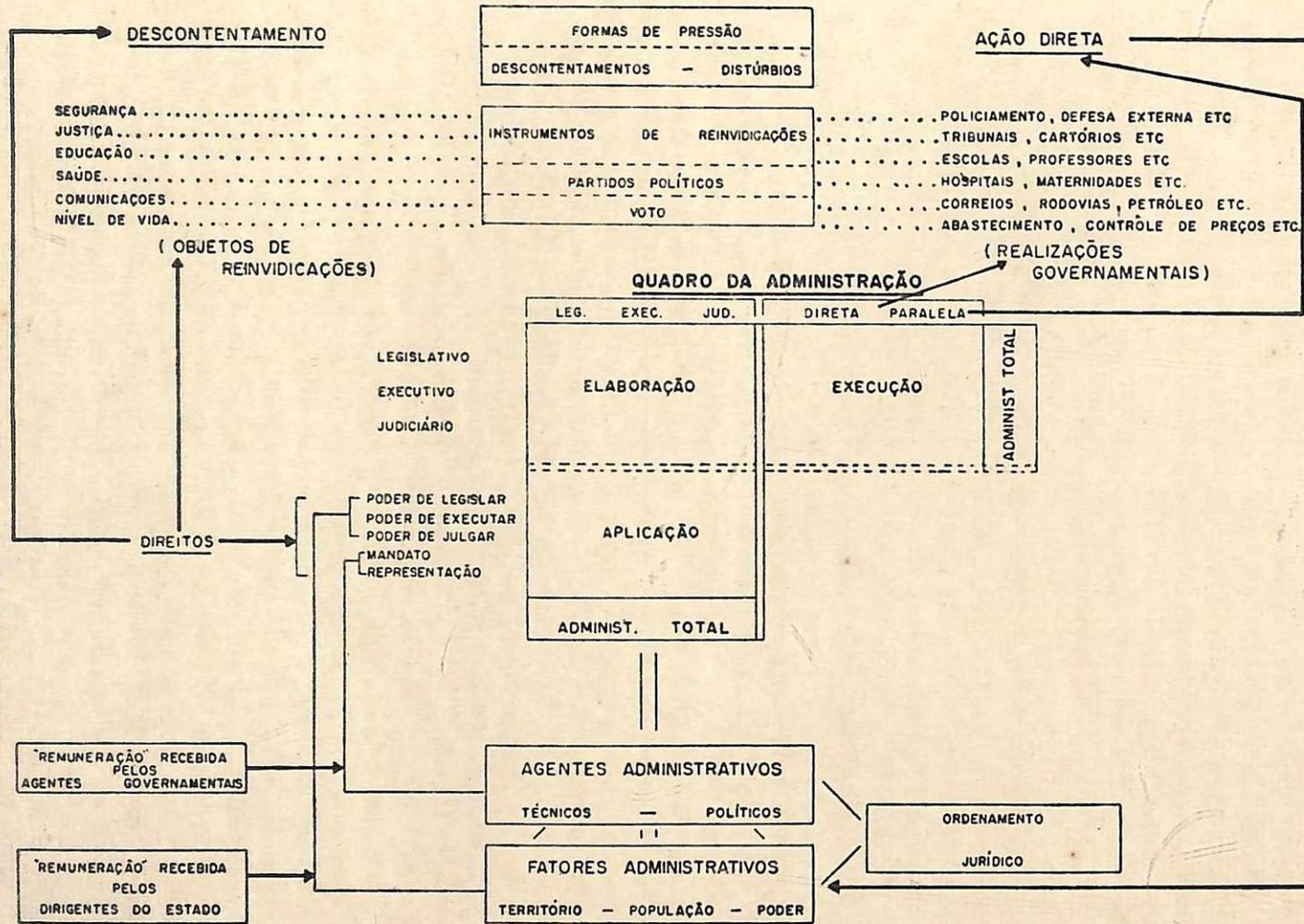
Através dos agentes políticos (quer sejam técnicos ou políticos “strictu sensu”) organiza-se um Estatuto Político, ou Ordenamento Jurídico, de modo a permitir a realização do fenômeno central da vida política que é a Administração. Esta, que é produzida simultaneamente pelos chamados poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (e não somente pelo primeiro, como ainda parece a alguns) também pode ser con-

siderada sob duas óticas diferentes, ambas expressando o mesmo fenômeno, que dá lugar a dois fluxos correspondentes e simultâneos, explicados claramente no gráfico n.º 2, pelo quadro central da Administração. No sentido horizontal, nota-se que o fenômeno da Administração corresponde à soma de Elaboração (de Planos e de Leis) com a Execução. O mesmo quadro, no sentido vertical, revela que a Administração corresponde à Elaboração mais a Aplicação (que significa interpretação e controle de leis e dos planos de Governo).

Da mesma forma que, na análise do fenômeno produtivo, tivemos que o valor adicionado é, por assim dizer, a medida correspondente à produção de bens e serviços finais, poderemos dizer agora que a *aplicação é a medida da administração pública*. Este conceito em parte se torna mais claro, quando imaginamos um Governo inteiramente planificado como o da URSS, ou mesmo parcialmente planificado como o da França; em ambos, e correspondendo às fases de planejamento e da execução daquilo que se planejou, há como que um registro das obras e serviços executados, de forma que um observador, entrando na sala em que funciona a direção do Gosplan soviético ou do Grupo de Planejamento da França, poderá ficar conhecendo, em medidas métricas e gastos monetários, quantos quilômetros de estradas foram construídos e quantas bancas de escolas ou leitos hospitalares foram postos a funcionar. Mais difícil é controlar a aplicação do Direito, feita pelos próprios Tribunais.

O fenômeno da Administração dá lugar, pois, ao nascimento de dois fluxos

GRÁFICO II - O PLANO POLÍTICO





constantes e simultâneos: de um lado, o fluxo das realizações governamentais e, do outro lado, o fluxo da aplicação das realizações em benefício dos governados, isto é, o fluxo dos chamados direitos subjetivos.

Existindo direitos, êsses se exprimem através de reivindicações que podem variar de sociedade para sociedade, desde as que se fixam apenas em segurança e justiça, até as que incluem gama completa de obras públicas e serviços, inclusive contrôle de preços e abastecimento de gêneros. Através de instituições específicas (partidos políticos, voto) os governados reclamam e os governantes fornecem.

Se tudo ocorresse assim como foi até agora descrito, os Estados não se modificariam, a estrutura política se manteria estática e igual a si mesma durante os séculos. Ocorre, entretanto, que não há limite fixado ao homem, naquilo que êle considera objeto de reivindicações: e, quer seja porque a consciência reivindicatória se alargue cada vez mais (como de fato ocorre), quer seja porque os governos não estão em condições de atender nem sequer as mais elementares delas (o que a maioria das vezes é verdadeiro), há uma concentração crescente de descontentamento que, canalizados pelas lideranças surgidas fora do govêrno, se transformam em torrentes que provocam alterações na base do Poder. Nenhum Estado, pois, pode parar definitivamente, nenhum Estado pode ser, através dos anos, igual a si mesmo: ou terá um ordenamento jurídico flexível, que vá cedendo às pressões populares, ou no caso contrário romperá, como uma barreira que não

consegue manter a água represada, depois que esta se avoluma.

Também aqui, o gráfico nos mostra uma sociedade política "fechada", isto é, livre de influências estrangeiras. Certamente, as modificações da ordem jurídica de um estado podem ocorrer, também, por interferência direta de potências externas.

### III — Plano Intelectual

No plano intelectual, englobamos todos os fatos sociais que, não sendo de natureza econômica ou política, só se realizam, entretanto, nas sociedades humanas, pois pressupõem uma atividade intelectual e não apenas instintiva.

A base em que se apoia êsse plano é constituída por fatores naturais, humanos e técnicos. Poderíamos, pois, dizer que a vida intelectual de uma sociedade, no sentido em que aqui a representamos, baseia-se na existência, em um momento dado, de certas condições naturais (com implicações de clima, vegetação, etc.), de certo potencial biopsicológico e de fatores técnicos recebidos das gerações precedentes.

Os agentes que tornam possível a vida intelectual são os cientistas e filósofos, por um lado, e os artistas e místicos, por outro (individualmente, ou através de "escolas"), todos êles agindo em seu campo de ação intelectual, através dos meios disponíveis de comunicação: linguagem (inclusive simbólica, como música ou escultura), instrumentos científicos ou mecânicos, e crenças (comunicação com Deus). Com isso, se realiza aquilo a que chamamos de atividade intelectual.

O fenômeno expresso nesse qua-

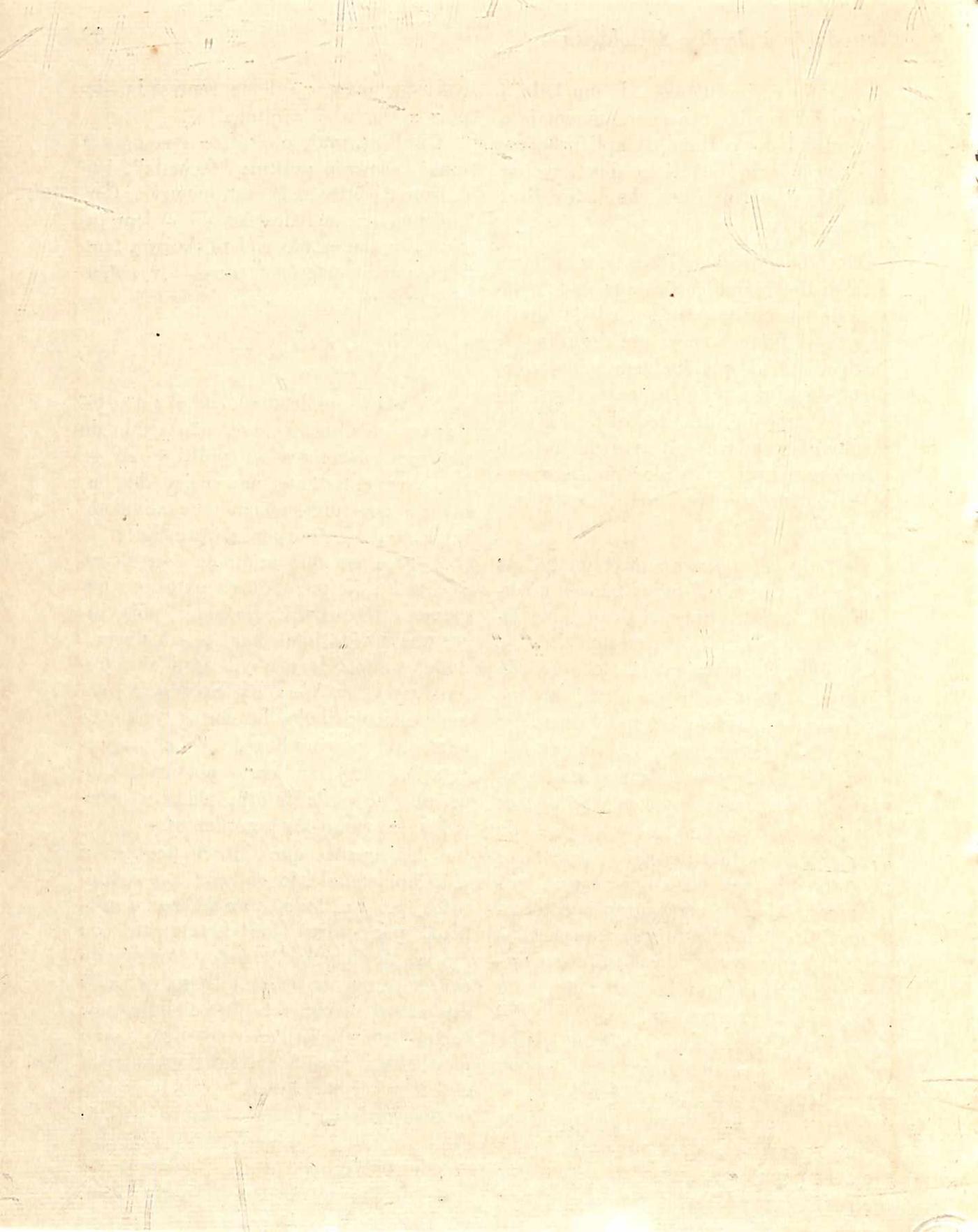
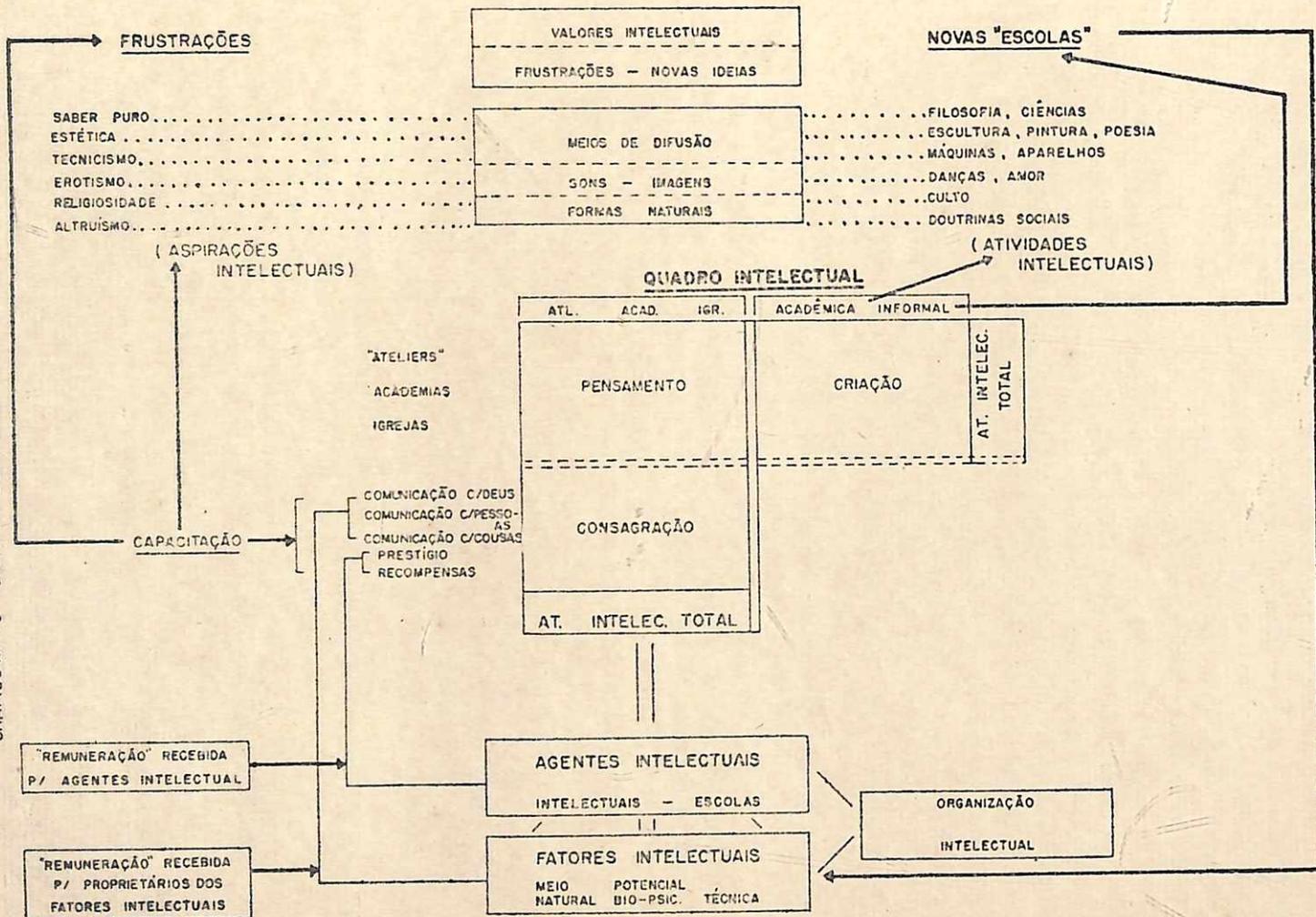


GRÁFICO III - O PLANO INTELLECTUAL





dro do plano intelectual gera dois fluxos dinâmicos, constantes e simultâneo: por um lado, uma necessidade de relacionamento consubstanciada na tendência vital de *comunicação*, quer com outros homens, inclusive do sexo oposto (galanteria, amor) quer com seres imaginários ou abstratos (deuses); por outro lado, a criação intelectual, que se consubstancia em atividades intelectuais diversas (ciência, literatura, dança, utopias) e é posta à disposição dos membros da sociedade, seja através dos meios normais de difusão — rádio, livros, etc. — seja pelo uso de formas naturais — pedras que são transformadas em esculturas, tintas transformadas em pinturas etc.

A análise do quadro central da criação intelectual (gráfico n.º 3) nos mostra que a atividade mesma é a soma do pensamento com a criação; mas é também, se a olharmos no sentido alto-baixo, soma do pensamento com a consagração. Isto significa que, se por um lado a atividade criadora simboliza a criação intelectual, devemos considerar, entretanto, que, do ponto de vista sociológico, uma obra de um pintor, de um cientista ou de um filósofo só pode ser mensurada a partir do momento em que a sociedade toma conhecimento dela, em que a aceita ou a rejeita, mas de qualquer forma a cataloga. Tomemos por exemplo as experiências biológicas de Mendel: realmente, sua criação intelectual existiu no momento mesmo em que êle, depois de haver concebido mentalmente o problema da transmissão hereditária, fêz suas experiências com as plantas dos pátios do convento em que vivia; entretanto, do ponto de vista da sociedade, sua criação

intelectual só existiu meio século depois, quando foi descoberta e consagrada.

Visto isto, voltemos ao gráfico em seu conjunto: se a tôda necessidade de comunicação individual correspondessem determinadas atividades intelectuais, o mundo intelectual seria o mesmo e igual, em cada sociedade, através dos tempos. Ocorre, entretanto, que nem sempre a potencialidade de comunicação é transformada em criação; e que a atividade intelectual em uma sociedade jamais corresponde exatamente às necessidades intelectuais dos seus membros. Assim, haverá sempre pessoas intelectualmente insatisfeitas, ou frustradas, prontas a destruir, com obras ou palavras, os padrões intelectuais do grupo.

Também não é de desprezar a influência, talvez mais forte do que nos planos econômico e político, porque mais sutil, de mentalidades de sociedades diferentes, que contribuem para o constante esforço de solapamento dos padrões intelectuais. Graças a essa influência externa é que muitas sociedades entram realmente num processo dinâmico, em sua vida intelectual.

#### IV — Diferença entre “social” e “sociológico”

Se sobrepusermos os três gráficos aqui analisados, um sobre o outro, teremos uma visão da vida *social* de um povo, tão nítida quanto será a visão da geografia de um país, se sobrepusermos um sobre os outros um papa físico, político e econômico dêsse mesmo país.

Acontece, porém, que a Sociologia não é — contrariando Comte — o estudo da soma dos diversos aspectos da

vida social de um povo, mas o da sua síntese; conformè já começava a se tornar claro na época de Simmel; e das recíprocas influências entre êstes diversos aspectos do todo social.

Nesse caso, o que nos oferece a superposição dos gráficos é a evidência de que há, nos planos econômico, político e intelectual de uma sociedade, certas constantes que podem, por isso, ser generalizadas como influentes do processo sociológico; e certo relacionamento entre essas constantes. Assim, por exemplo, enquanto teremos de desprezar num estudo de Sociologia os detalhes referentes à Produção, à Administração e à Criação (que deverão ser objeto dos estudos da Economia, do Direito e da "Ideologia"), torna-se patente que tôda produção de bens materiais, tôdas as construções jurídico-administrativas e tôda a atividade intelectual de uma sociedade qualquer — e que se transmitem de uma a outra geração pelo aprendizado — estão de tal forma interrelacionadas que dão lugar ao nascimento de um fenômeno "sui generis", diferente, pois, dos fenômenos típicos da Produção, da Administração ou da Criação, e constituem aquilo que, desde Tylor, conveniou-se chamar de Cultura.

Assim, também, não caberá ao sociólogo como tal estudar o fenômeno da acumulação de riquezas nas mãos de alguns, nem dos descontentamentos políticos, nem o das frustrações intelectuais — a não ser na medida em que êstes estudos o ajudem a bem compreender o fenômeno sociológico a que Marx chamou de luta de classes, que é, igualmente, um fenômeno "sui generis", embora decorrente daqueles outros três citados.

Enquanto num esquema marxista rígido — sem muito apoio, aliás, nas obras de Marx e Engels — considerar-se-ia como único elemento autônomo da vida social a sua base econômica, a a partir da qual tôdas as situações de superestrutura (arte, moral, religião, política etc.) são formas induzidas, a análise dos gráficos por nós elaborados permite a obtenção de um esquema da vida sociológica em que se exprime com clareza o fato de que a base de uma sociedade é constituída de fatores econômicos, políticos e intelectuais.

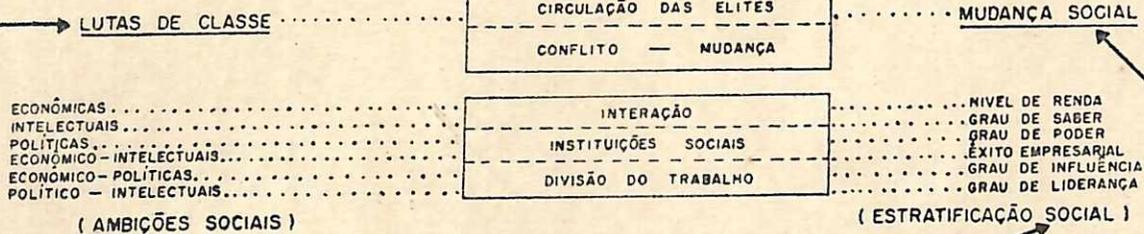
Com efeito: desde que se aceitem como válidos os gráficos dos planos econômico, político e intelectual, aqui apresentados, a aceitação do gráfico final dêste trabalho virá pacificamente, porquanto que seus resultados nos serão dados por um raciocínio lógico.

## V — *A síntese sociológica*

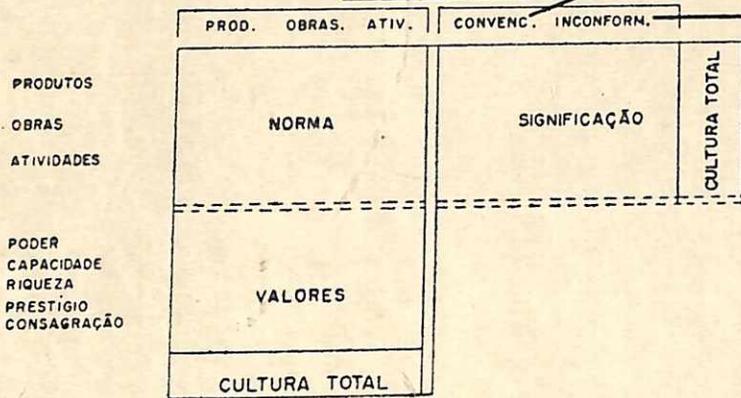
Poderemos compreender o funcionamento (estrutura e dinâmica) da síntese sociológica da vida social, pela simples análise do esquema final aqui apresentado.

Veremos, de início, que tôda sociedade, em um momento dado, se assenta em três fatores básicos elementares, a saber: um determinado meio físico (ou "habitat"), as aptidões bio-psicológicas de seus componentes (herança biológica) e a aceitação de determinados hábitos herdados de seus antepassados (herança cultural). Do próprio grau de desenvolvimento dêstes fatores, por um lado, e da sua mais ou menos perfeita combinação, resultam as formas de produção de riqueza, o nível da criação intelec-

### ESQUEMA SOCIOLÓGICO



### QUADRO DA CULTURA



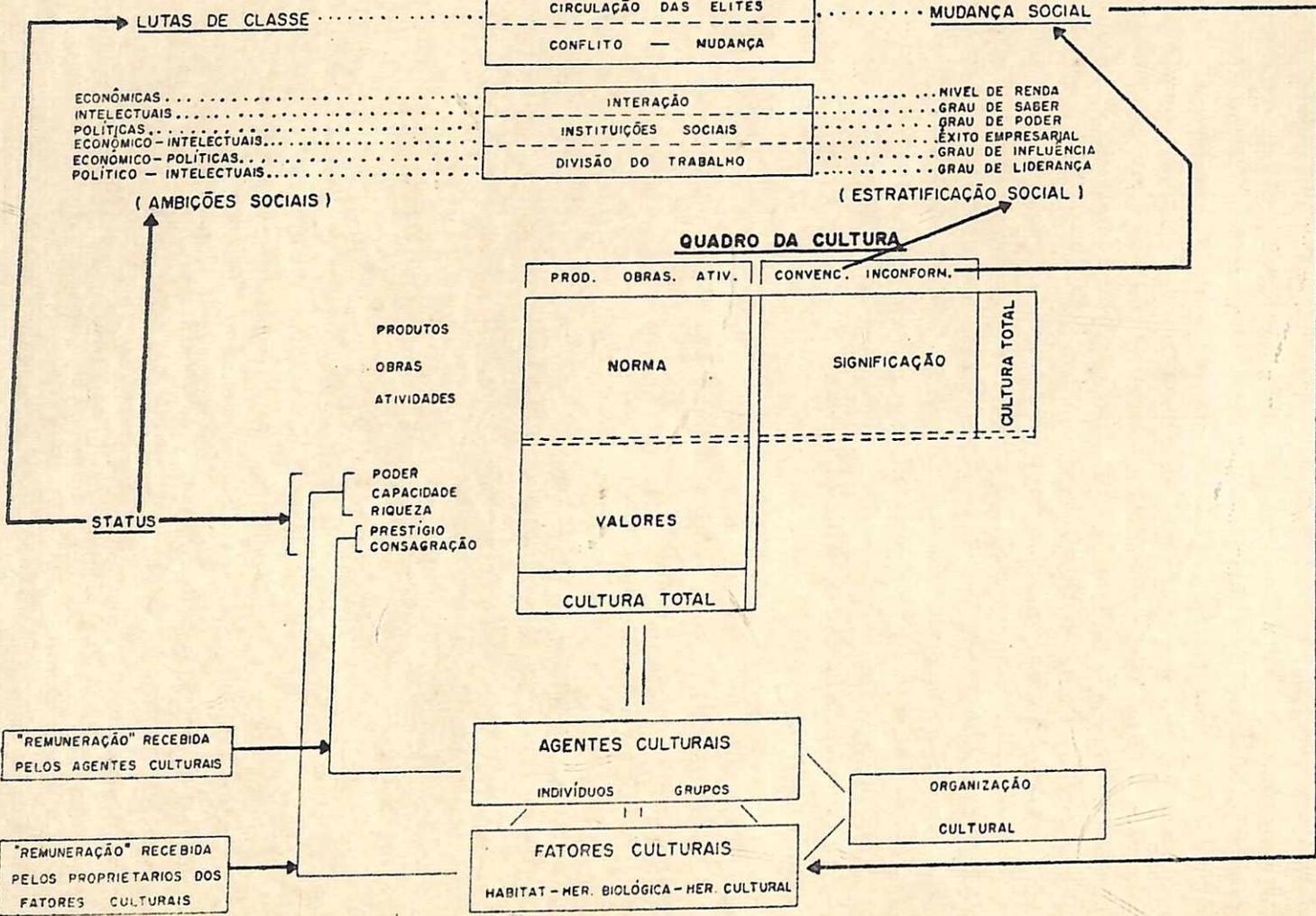
"REMUNERAÇÃO" RECEBIDA  
PELOS AGENTES CULTURAIS

"REMUNERAÇÃO" RECEBIDA  
PELOS PROPRIETARIOS DOS  
FATORES CULTURAIS

AGENTES CULTURAIS  
INDIVÍDUOS GRUPOS

FATORES CULTURAIS  
HABITAT - HER. BIOLÓGICA - HER. CULTURAL

ORGANIZAÇÃO  
CULTURAL





tual e o padrão político-jurídico dessa mesma sociedade.

Assim é que, enquanto as características específicas do meio físico influem de modo mais ou menos acentuada sobre a forma de produção, que condiciona em parte os fatores intelectuais (com mais dinheiro, há mais escolas, mais saúde, etc.), é evidente também que somente com certo desenvolvimento intelectual pôde o homem — na escala da evolução — aperfeiçoar certa forma de produção que lhe permitisse modificar, adaptando-o, o meio ambiente.

Da mesma forma, se o tipo de sistema econômico adotado e o grau de desenvolvimento intelectual atingido têm influência sobre o tipo de organização política, não é menos verdadeiro que o regime político pode incentivar ou retardar o desenvolvimento da atividade econômica e da atividade intelectual (3).

Tentando tôdas as combinações possíveis, entenderemos claramente a trama de influência dos diversos fatores da vida social de que tantos sociólogos têm se ocupado, sobretudo em anos mais recentes.

Mas continuemos a análise do nosso esquema final.

Os fatores básicos da vida social são combinados pelos agentes econômicos, políticos e intelectuais (indivíduos ou grupos), através dos instrumentos sociais adotados em cada sociedade (linguagem e meios técnicos) resultando disso a formação do quadro de Cultura — fenômeno central da convivência humana. Cultura é, como já nos ensinava Tylor, “êste todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costumes e algumas outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem

como membro da sociedade”. Em outros termos, inclui a produção de bens econômicos, formulações e realizações jurídico-administrativas e atividades intelectuais, tal como foram estudadas nos gráficos de n.ºs. 1, 2 e 3.

O fenômeno da Cultura é supra-individual. “O indivíduo é um veículo e transmissor dela e pode modificá-la, mas nenhum indivíduo cria a maior porção de cultura de que êle participa” (4).

O estudo da cultura leva-nos, pois, ao estudo dos fenômenos da chamada interação social e, em consequência, do *fato social*, expressão que, a partir de Durkheim, institucionalizou-se como categoria básica do conhecimento sociológico.

As características essenciais da cultura foram estudadas, dum ponto de vista teórico de difícil percepção para o estudioso não habituado à terminologia filosófica, primeiro por Max Weber e depois por Sorokin, como características específicas do *ato social*: norma, sentido (ou significação) e valor.

Através do gráfico final aqui apresentado, essas três palavras tomam, por assim dizer, uma forma viva, facilmente compreensível.

A norma ocupa, no quadro da Cultura, o mesmo lugar que a produção intermediária no quadro econômico, a elaboração no quadro político e o pensamento no quadro intelectual. É a *zona neutra*, indispensável mas apenas “declarativa”, que fundamenta mas não oficializa a atividade cultural.

O *sentido*, por sua vez, corresponde, respectivamente, ao produto final, à execução administrativa ou à criação intelectual; é pois, o fluxo real da vida cultural de um povo. Um pedaço

de madeira é, do ponto de vista da cultura, o *sentido* ou significação que os componentes da sociedade lhe atribuem: ora um dardo, ora um falo, ora um marcador de túmulos, ora um totem.

O *valor* cultural é facilmente entendido, ao observarmos que corresponde, no quadro econômico, à mesma expressão (embora seguida de outra): valor adicionado. No quadro político, corresponderá à aplicação, ou forma de controle, e no quadro intelectual, à consagração.

Significação e valor são, assim, duas visões diferentes de um fenômeno. Do lado da significação, ou sentido, temos, como foi dito, o fluxo real de cultura; do lado do valor, temos o fluxo por assim dizer "mensurável", controlável, consagrado dêsse mesmo fenômeno.

É através do fluxo valorativo que se estabelece o "status" social. O "status" é, pois, a consequência do valor dado por determinada sociedade à maior ou menor participação dos seus membros na receita total, à maior ou menor ingerência de poder e ao maior ou menor grau de saber (5) ou melhor, de capacidade de comunicação.

À procura de maiores riquezas, maior poder e maior comunicabilidade, pelos membros do grupo, corresponde um fluxo simultâneo de fornecimento de bens econômicos, condições políticas e participação intelectual significativos.

Se as aspirações de "status" são compensadas com êsse fornecimento de oportunidades, a vida social será tranquila e igual a si mesma através dos tempos.

Ocorre, porém, que à aspiração a um nôvo "status", nem sempre corresponde

o oferecimento de oportunidades equivalentes e isso é o que dá lugar ao nascimento ou acirramento das lutas de classe.

E, apesar dos controles sociais conhecidos (as instituições sociais: família, igreja, etc.), a corrente está sempre em movimento, mais ou menos acelerado, provocando as mudanças sociais, quer pacíficas quer violentas. Certamente, sendo o mundo social um todo indivisível — a não ser por abstração — tôdas as suas partes estão em permanente mudança, as instituições inclusive. O que ocorre, na verdade, é que elas não se transformam no mesmo ritmo; assim sendo, aquelas partes que se transformam num ritmo acelerado, p. ex., um aspecto qualquer daquilo que por abstração chamamos de vida econômica, agem como fatores de impulsão; enquanto aquêles que se transformam em ritmo lento, p. ex. a escola, agem como fatores de contenção.

A forma (pacífica ou violenta) da mudança social dependerá, pois, de dois fatores gerais, a saber:

1) a rapidez da torrente, que aumentará a dissincronia (não dando tempo a que as instituições controlem os efeitos da mudança social); e

2) a flexibilidade, ou não, dos meios de controle (que cederão lentamente, aos novos anseios de mudança, ou deixarão que êles se avolumem sem as necessárias "válvulas de escape").

Com efeito: quando o processo de mudança é "espontâneo" (isto é, realiza-se quase imperceptivelmente através do tempo), as instituições têm possibilidade de controlá-lo em favor da ordem social vigente; quando, porém, o que dantes acontecia como resultado de um pro-

cesso histórico passa a ser conscientemente perseguido, como ocorre no Brasil de nossos dias, tornam-se bastante claros os mecanismos de resistência acionados pelas instituições.

Vejamos, como exemplo, o problema do camponês da zona canavieira pernambucana. Em virtude do súbito aceleramento de problemas econômicos (processo inflacionário acelerado e competições vantajosas da agro-indústria paulista), políticos (governo de bases populares) e intelectuais (crescente consciência da injustiça social), a luta de classes avolumou-se de tal forma, que as instituições não se estão mostrando capazes de controlar sua intensidade e efeitos.

Ao mesmo tempo, porém, a recente tomada de consciência das injustiças (para isolar um dos três fatores citados) só pôde implicar numa mobilização quase repentina das massas agrícolas,

em virtude da tradicional inflexibilidade das instituições, no Nordeste. Assim sendo, é fácil concluir porque um pequeno número de concessões, da parte dos responsáveis por essas mesmas instituições, não mais tem o efeito de conter a luta de classes no meio rural, como o teria se viesse sendo oferecido em doses continuadas através dos tempos.

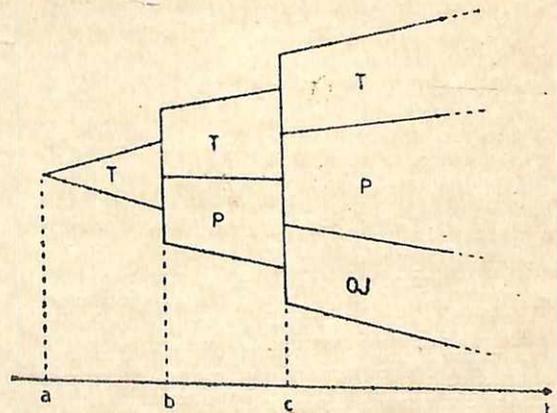
A essa altura do processo de mudança, a resistência às suas consequências — ou às consequências do desenvolvimento, para usar palavras do professor L. A. Costa Pinto, da Universidade do Brasil, em seu "O desenvolvimento, seus processos e seus obstáculos", Rio, 1961 — se transformará certamente em alavanca multiplicadora de "problemas, tensões e crises, que na verdade não resultam do desenvolvimento, mas da (própria) resistência que assim se opõe ao seu curso histórico".

(1) Entre os sociólogos que se aproximaram de uma análise estruturalista válida dos fenômenos sociais, destaquem-se o alemão Max Weber e o italiano Vilfredo Pareto. Max Weber ilustra, com a observação atribuída a um médico ("do baço senhores, não sabemos coisa alguma", embora fossem conhecidos o peso, a cor, a forma do baço), o atraso dos estudos que procuram interpretar os fenômenos sociais, sem explicar a estrutura da sociedade, desde que julga impossível conhecer uma coisa qualquer, sem lhe conhecer a função.

(2) Oswaldo Sunkel — *Introducción al análisis económico (versión provisória)* 1960.

(3) A técnica (fator intelectual) funciona como variável independente, num estágio primitivo de civilização. A partir de certo nível (ou grau) de cultural, ela permite o surgimento de formas mais desenvolvidas de produção (econômica) o que por sua vez tem ação recíproca sobre a técnica, aperfeiçoando-a e aumentando-a. Num nível seguinte a técnica, já bem mais desenvolvida, permite a formação de um ordenamento jurídico, que passa a ter influência sobre a própria técnica e sobre a forma de produção, sendo por essa também influenciada. Esse jogo de ações e reações foi representado, a nosso pedido, pelo estatístico An-

tônio Ayalla Gtirana Filho, no gráfico abaixo, em que T = técnica, P = forma de produção, OJ = ordem jurídica, a, b, c, = momentos diferentes da história de uma sociedade. A função T



é definida no intervalo a infinito. A partir do instante  $b = a + k$ , apareceu uma certa forma de produção como resultante do desenvolvimento da técnica no intervalo de tempo k. Portanto, a função forma de produção, somente é definida no intervalo b infinito. No instante c surge a fun-

ção OJ, que é definida no intervalo  $c$  infinito, onde  $c = a + nK$ . Os parâmetros  $k$  e  $n$  aguardam melhor definição, apenas indicando aqui um defazamento nas três funções, em relação ao tempo. No intervalo  $b - a$  existe apenas a função elementar técnica. A partir do ponto  $b$ ,  $P$  e  $T$  se influenciam intimamente, havendo uma correspondência bi-unívoca, qualquer variação de  $T$  acarretando mudanças em  $P$ , e vice-versa. A partir do ponto  $c$  existe uma interdependência direta nos três fatores: qualquer um deles que mudar acarretará mudanças nos outros dois.

Matematicamente:

No intervalo  $a - b$  existe apenas a função  $T$ .  
 "  $b - c$  poderemos escrever  $P = f(T)$   
 ou  $T = f(P)$   
 "  $c -$  infinito poderemos combinar os fatores, escrevendo  $P = f(T, OJ)$ ,  $T = f(OJ, P)$ ,  $OJ = f(T, P)$  ou seja, existe interdependência nas 3 variáveis.

(4) Wallis, W. P. — "The nature of culture. In Nordskog, Social Change, New York — 1960.

(5) Esta análise, tão clara, deste fenômeno foi possível, em parte, pelo conhecimento antecipado das idéias contidas em um livro, ainda em esboço,

do Prof. Hélio Jaguaribe, e por êle expostas em uma conferência pronunciada em setembro de 1962, no Rio de Janeiro.

#### AGRADECIMENTOS

É impossível registrar, aqui, o nome de todas as pessoas que colaboraram na feitura deste trabalho, umas me animando a prosseguir-lo, outras discutindo tópicos sujeitos a controvérsia ou oferecendo sugestões, outras ainda desenhando gráficos ou datilografando os originais. Não poderíamos, porém, deixar de mencionar o engenheiro e estatístico Antônio Ayalla Gitirana Filho, já citado na nota n.º 3; o desenhista José Inaldo de Moura, responsável pelo "lay-out" dos gráficos apresentados; as datilógrafas Alice da Franca Marinho, Maria Inês Souto Maior Borges e Janice Lins e Silva, que trabalharam sobre os originais; o professor Carlos Lessa, do Itamaraty e da CEPAL, e o economista Fausto Cupertino, por críticas feitas ao texto e a um dos gráficos — o que resultou na sua reformulação; Jarbas Augusto Ribeiro Maciel, jovem estudioso da Lógica Matemática, advogados Mário Márcio Santos e Maria Auxiliadora Moura, com estudos especializados, respectivamente, em Filosofia e Psicologia, pela revisão geral do trabalho; e, finalmente, ao professor Paulo Freire, por haver levado as idéias aqui contidas a estudiosos de várias partes do país e pelo seu empenho em divulgar esta *Introdução*.

#### RESUMÉ

LA THÉORIE sociologique dans les pays développés, selon l'Auteur, s'occupe fréquemment, en les isolant, de phénomènes tels que la délinquance juvénile, l'instabilité de la famille et le sur-peuplement des villes-devenues des obstacles à la conservation d'un "statu quo" conquis au cours du procès historique. D'où la construction d'ensembles monumentaux d'agregats sociologiques (Sociologie de la Famille, de la Délinquance Juvénile, de la Vie Rurale etc.) dans des pays comme les États-Unis d'Amérique.

En donnant à ce type de théorisation le nom d'"analyse agrégationiste", ou des grands ensembles sociaux, l'auteur suggère pour les pays sous développés de l'Amérique Latine et d'Afrique, une optique de la structure semblable à celle de la CEPAL, organisme de l'ONU, pour l'analyse des problèmes économiques.

En partant d'un modèle graphique divulgué par la CEPAL il y a quelques années pour expliquer la structure et le processus des phénomènes économiques, l'auteur interprète et met en relief graphiquement la structure et le processus des phénomènes politiques de communicabilité (des acti-

vités artistiques, l'amour, le culte etc). "Si nous arrivons à superposer, dit l'auteur, les trois graphiques les uns sur les autres, nous aurons la vision de la vie *sociale* d'un peuple, aussi nette que si, pour ce qui regarde la géographie d'un pays, nous superposions ses cartes physique, politique et économique. Or, la Sociologie n'est pas un étude de la somme des divers aspects de la vie sociale d'un peuple, mais celui de sa synthèse" — dit l'auteur textuellement, en finissant par présenter dans un dernier graphique cette synthèse dynamique de simple compréhension, pour la première fois symbolisant en deux dimensions la structure et le fonctionnement de la vie en société. En même temps, nous avons obtenu une réduction objective de la Sociologie à un vocabulaire-base, ce qui à partir de Simmel et des autres représentants de l'École Formaliste allemande, n'a connu qu'un résultat partiel.

Le travail finit par la présentation de l'analyse d'une situation concrète — la lutte de classes, dans la zone sucrière du Nord-est brésilien basée sur les données de la théorie structuraliste qui vient d'être introduite dans la Sociologie.

#### ABSTRACT

THE AUTHOR points out that sociological theory in advanced countries has so far been solely concerned with phenomena such as juvenile delin-

quency, the instability of family life and over-population in urban centers. And these seem to be something of an obstacle as far as the maintenance

of a *status quo* that has been reached through historical times is concerned. It stems from this trend in sociological thinking the upsurge of quite a few monumental sociological constructs in countries like the United States (Sociology of the Family, of Juvenile Delinquency, of Rural Life and so forth).

Referring to the outcome of such theorizing as "aggregate analysis", or the analysis of large social aggregates, the author mentions the advantages that a structuralist approach would mean to the study of the so-called underdeveloped economies of Latin American and African countries. And this has been the approach tried over CEPAL (Economic Commission for Latin America), a United Nations office for the analysis of economic problems.

Starting from a model diagram released in recent years by CEPAL in which an explanation of the structure and functioning of economical phenomena is attempted, the author isolates in graphical form of a rather simple interpretation the structure and functioning of political phenomena and of those phenomena which he believes to be of a strictly intellectual nature including in this category a wide range of anthropological activities of communicability (artistic activities, love, religious worship etc). "If we were to superimpose the three diagrams, we would get an overall picture of the *social* life of a people, just as one gets a bird's eye view of the geography of a coun-

try through the superimposition of a physical chart upon a political one, and these two upon an economical chart of the same country. It happens, however, that Sociology is not the study of the sum of these different aspects of the social life of a people, but rather the study of their synthesis". With these words the author gets at one of the most relevant conclusions of his work, one which he presents in the form of a fourth diagram showing this long-needed synthesis of the social life. It is thus established, he believes, a minimum vocabulary for Sociology.

As the author himself puts it: "We managed to isolate in schematic form the fundamental sections of the social whole, from which we get an easily understood dynamical synthesis, symbolizing in two dimensions, for the first time, the structure and functioning of life in society. At the same time, we seem to have obtained an objective reduction of Sociology to its minimum vocabulary, a task that had been only partially accomplished by Simmel and the other representatives of the German *formalist school*".

The work comes to its end with a presentation of an analysis of a concrete situation, namely that of class struggle in the area of sugar industry in the Northeast of Brasil, such analysis being actually based upon the tools of the structure theory now introduced into sociological thinking and research.

